

8 DE MARÇO:

DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

Neste mês de março, comemoramos o dia internacional das mulheres. Durante o mês realizaremos atividades sobre o tema. Neste boletim, tratamos da situação das mulheres no Brasil e chamamos a atenção para a violência contra elas, que cresce a cada dia. Parabenizamos todas as trabalhadoras da base do SINDSEF-SP e esperamos contar com vocês no dia-a-dia do sindicato. Afinal, lugar de mulher é na luta!



Fotos: Diego Cruz

EM SÃO PAULO, MULHERES SAÍRAM ÀS RUAS CONTRA O MACHISMO E A EXPLORAÇÃO! SINDSEF ESTEVE PRESENTE!

No dia 12 de março, na cidade de São Paulo, foi realizado um grande ato político. Cerca de 1.500 pessoas saíram às ruas para denunciar o machismo e a exploração, exigindo dos governos Dilma, Alckmin e Kassab os direitos das mulheres trabalhadoras. O ato foi realizado no sábado, porque o dia 8 caiu na terça-feira de Carnaval.

O SINDSEF-SP esteve presente, engrossando a coluna da CSP-CONLUTAS. A principal bandeira levantada foi o aumento do salário-mínimo, a exigência de aumento imediato no mesmo percentual dado aos deputados, com o objetivo de atingir o mínimo calculado pelo DIEESE (R\$ 2.227,53).

Além da luta por demandas específicas, como fim da violência, creche, licença-maternidade e legalização do aborto.

As faixas e palavras de ordem prestavam homenagem à luta das mulheres árabes, exigia a saída de Kadafi da Líbia e o fim das ocupações das forças brasileiras no Haiti. O

principal alerta da coluna era o de que não se pode confundir a eleição de uma mulher à presidência da república como uma melhora das condições de vida das mulheres. O que temos visto é o contrário até o momento. Por este motivo é preciso manter a luta das mulheres trabalhadoras: forte e independente dos patrões e governos.

A SITUAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS EM NOSSO PAÍS

De acordo com os dados iniciais do Censo do IBGE (2010), as mulheres são um pouco mais de 99 milhões e representam cerca de 52% do total da população, sendo a maioria dos habitantes de nosso país.

Segundo dados da PNAD (IBGE), publicados em setembro de 2010, elas já representam cerca de 46% do mercado de trabalho e estudam em média 2 anos a mais que os homens. De acordo com pesquisa da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social em parceria com outros institutos, publicada em 2011, os homens são maioria nos cargos ocupados por analfabetos até superior incompleto, mas em cargos onde a escolaridade é ensino superior, as mulheres são maioria e representam 61,7% do total que soma 143 mil pessoas. A diferença salarial entre eles, no entanto, para exercerem a mesma função, é em média 33% a menos para as mulheres. E, em Fortaleza, essa diferença chega a 57% menos.

A pesquisa, ainda, confirma o que já havia sido atestado pela PNAD (IBGE), em 2009, que as mulheres são as que sofrem mais com o desemprego. Enquanto em 2010 a taxa de desemprego foi de 8% para os homens, para elas foi de 11%. Isso piora quando falamos das mulheres negras, cujo racismo ajuda a aumentar

ainda mais a diferença.

Outro dado interessante apresentado pela PNAD (IBGE) é o de que as mulheres gastam em média duas horas a mais por dia com os serviços domésticos. É a chamada dupla jornada, que é feita dentro dos lares, de uma maneira invisível, mas que amplia a quantidade de horas de trabalho das mulheres e desobriga o Estado de construir restaurantes, creches e lavanderias coletivas.

A eleição de uma mulher à presidência

A eleição de uma mulher à presidência da república é um fato significativo num país com tantas desigualdades. Mas isso não significa que as trabalhadoras chegaram ao poder. A população apostou em uma mulher com a esperança de ver seus anseios atendidos. Mas, a julgarmos por esses poucos meses de governo, podemos dizer que seu governo não é de fato para os trabalhadores e trabalhadoras.

Num contexto de crise internacional, o PIB do Brasil cresceu em média 7,8% no último ano. Mesmo assim, o preço dos alimentos subiu absurdamente, a comida ficou em média 18% mais cara e o salário mínimo teve um reajuste de apenas R\$ 35, enquanto deputados e membros do executivo, inclusive a presidência, tiveram aumento médio de R\$ 10 mil. Dilma silenciou



Baseado na charge de Latuff

perante o vergonhoso aumento dos parlamentares e atuou com todo seu peso político para barrar qualquer aumento maior para os trabalhadores. Como uma presidente que diz governar para honrar as mulheres e erradicar a pobreza extrema, pode atuar dessa maneira? Afinal, entre os que ganham salários mínimos, as mulheres são a maioria (53%).

Nos serviços públicos, essa contradição entre a esperança da população e a ação do governo fica mais evidente ainda. A atual presidente anunciou cortes num valor de R\$ 50 bilhões e o adiamento de todos os concursos federais. Também foi anunciado que os reajustes salariais não serão concedidos. Há a

tentativa de colocar novamente em pauta o PL 549/09 que prevê o congelamento salarial dos funcionários públicos por 10 anos, além de uma avaliação de desempenho (PLP-248/98) com intuito de demitir trabalhadores aprofundando as políticas de transferências de serviços públicos para a exploração comercial pelas empresas privadas.

Todas essas medidas têm impacto direto na vida das trabalhadoras, que diante de todas essas ameaças necessitam se organizar para enfrentar o governo Dilma e ver seus direitos atendidos. Se o fato de Dilma ser mulher a iguala às mulheres, suas medidas em prol da burguesia coloca as trabalhadoras em lado opostos. Não basta ser mulher!

O MACHISMO MATA: PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!

De acordo com o Mapa da Violência (2010), estudo feito a partir de dados do SUS, morrem em média 10 mulheres por dia em nosso país vítimas de agressão, quase 1 a cada 2 horas. Pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo revelou que a cada 2 minutos, 5 brasileiras são agredidas. Os motivos em geral são fúteis ou torpes, relativos a relacionamento (ciúme, briga de casais, suspeita de traição e outros).

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2007, tipificou a violência

contra mulher como um crime, mas é insuficiente. Em primeiro lugar porque não prevê obrigatoriedade de construção de equipamentos para atender as mulheres, como delegacias especializadas e casas-abrigo. Depois, não tem previsão de verbas para sua aplicabilidade e se encontra ainda no marco do sistema jurídico machista.

Para o ano de 2011, segundo a ONG Contas Abertas, o gasto com as políticas de combate a violência à mulher serão reduzidos em

9 milhões se comparados ao ano passado. Em 2010, foram gastos R\$ 45,7 milhões e em 2011 estão autorizados apenas R\$ 36,7 milhões. Essa redução é complicada num cenário em que, segundo indicadores sociais do IBGE, publicados em 2009, 81% dos municípios brasileiros não destinam orçamento para o combate à violência da mulher. Dos mais de cinco mil municípios existentes em nosso país, só 397 possuem delegacias de mulheres.

Somente 274 regiões têm juizados

focados na violência doméstica. E apenas em 262 cidades do país existem abrigos de mulheres.

Quem mais sofre com essa ausência do poder público são as mulheres da classe trabalhadora, que muitas vezes dependem financeiramente dos agressores ou não possuem condições para mudarem de casas ou mesmo se defenderem juridicamente. É uma triste realidade e uma dupla violência que a mulher sofre: a física e a ausência do Estado.

ASSÉDIO MORAL: UMA VIOLÊNCIA SILENCIOSA

Uma das maiores violências no serviço público é o assédio moral. Uma violência difícil de ser provada e muitas vezes utilizada como método de trabalho. Por ser sistemática, vulnerabiliza o trabalhador e tem efeitos muito sensíveis para a mulher trabalhadora, que combinado com o machismo faz delas as maiores vítimas. Essa também é uma violência contra a mulher!

UNIR HOMENS E MULHERES

A luta pelo fim do machismo só pode ser vitoriosa com a luta pelo fim do capitalismo, por isso, ela não é somente delas, mas de toda a nossa classe. O machismo é uma ideologia criada pelo sistema para nos dividir. Para que estejamos unidos e sejamos vitoriosos é necessário que este debate seja feito por homens e mulheres, na busca por uma sociedade mais justa, livre da exploração e da opressão.

Assédio Sexual

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 52% das mulheres brasileiras economicamente ativas já foram assediadas sexualmente. No Brasil, o assédio sexual é considerado crime desde 15 de maio de 2001 (Lei nº 10.224, representada pelo Art. 216-A do Código Penal) e estabelece ao assediador a uma pena que pode variar de um a dois anos de detenção.

O assédio sexual pode se dar...

Através de intimidação: caracteriza-se por incitações sexuais inoportunas, verbais ou físicas, com o efeito de prejudicar a atuação laboral de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, de intimidação ou abuso no trabalho.

Por chantagem: Esta modalidade pressupõe abuso de poder por parte do empregador ou de seu preposto. Na visão do direito do trabalho, se o assédio é de um empregado em relação a outro colega de trabalho, poderá o assediador ser dispensado por justa causa. Já, se o autor do assédio é o empregador ou outro superior hierárquico, o empregado poderá pedir a rescisão indireta do contrato de trabalho. Em ambos os casos, cabe cobrar indenização por danos morais.



Um pouco de história...

Há 101 anos, as mulheres comemoram o 8 de março, criado em 1910, por iniciativa de Clara Zetkin, em homenagem às 129 tecelãs da fábrica Cotton, em Nova Iorque. Elas lutavam por melhores condições de trabalho. Em represália, foram trancafiadas na fábrica em chamas e morreram carbonizadas.

Em 1917, as comemorações do 8 de março, na Rússia, levou milhares de trabalhadoras e camponesas às ruas, que exigiam “paz, pão

e terra”. A luta foi tão vitoriosa que deu início à primeira revolução socialista no mundo. Por isso, o dia 8 de março ficou conhecido não somente como o dia de luta da mulher, mas principalmente das mulheres trabalhadoras.

Hoje, a mídia e o comércio querem transformar em mais um dia de compras e festas. Para as lutadoras, o 8 de março é uma data obrigatória, é um momento de colocar na ordem do dia a combinação da luta contra a exploração e a opressão, cada vez mais necessária.

Nesse ano, nos inspiramos na força e garra das mulheres árabes, que seguem em luta no Egito, no Iêmen, na Líbia e demais países contra os ditadores, derrubando governos e costumes. A

luta dessas mulheres é um exemplo a ser seguido.

Viva o 8 de Março!

Viva a luta internacional das mulheres!



Confira as principais bandeiras de lutas das mulheres trabalhadoras em 2011:

- Aumento do Salário Mínimo já! Pelo mesmo aumento dos deputados para os trabalhadores (62%)! Pelo Salário Mínimo do DIEESE (R\$ 2.227)

- Igualdade de Salários entre homens e mulheres!

-Anticoncepcionais para não abortar. Aborto legal, seguro e gratuito para não morrer!

- Creches em período integral, gratuitas e de qualidade, para todos os filhos da classe trabalhadora;

- Licença-maternidade de 6 meses, sem isenção fiscal, para todas as trabalhadoras e estudantes, rumo a 1 ano! Ampliação da licença-paternidade!

- Fim da Violência contra a mulher! Aplicação e ampliação da Lei Maria

da Penha! Construção de casas-abrigo! Punição aos agressores!

- Contra o assédio moral!

-Abaixo o assédio sexual!

- Pela retirada das tropas militares do Haiti!

- Solidariedade e apoio às revoluções árabes!

